

**UN Mozambique**  
**Plano de Trabalho Anual do projecto “Apoio ao Cidadão no Acesso à Justiça”**

Agência: PNUD

**OUTCOME do UNDAF:** Até 2011, reforçada a capacidade do Governo e das Organizações da Sociedade Civil (OSC) ao nível nacional, provincial e local, para planificar, implementar e monitorizar o desenvolvimento socioeconómico de uma forma transparente, responsável, equilibrada e participativa para alcançar os ODMs

**Resultados do Programa da Equipa do País 1.5 (UNDAF) :** Estado de Direito, o acesso à justiça e reformas penais melhoradas com ênfase na segurança pública e humana.

**Resultados do Programa do País (UNDAF):**

- 1.5.1. Feita a sensibilização sobre os direitos humanos com um enfoque sobre os direitos humanos da mulher e da criança, direitos do trabalhador e direitos das PVHS no seio da sociedade civil e melhorada a sua protecção por parte das instituições de justiça
- 1.5.2. Procuradoria Geral da República, Ministério da Justiça e MINT fortalecidos no combate ao crime organizado, corrupção e melhoria das prisões

**Implementing partner:** Ministério da Justiça

**Other Partners:** Tribunal Supremo, PGR, Conselho Constitucional, IPAJ e SNAPRI

Em complementaridade com o projecto de “Apoio ao Cidadão no Acesso à Justiça”, que terminou em Dezembro de 2009, o PNUD Moçambique continuará a apoiar a Boa Governação e a Democracia, incluindo os Direitos Humanos como uma de suas prioridades. Assim, o Programa continuará a apoiar as camadas mais vulneráveis e pobres da população, evitando a duplicação de esforços com outros doadores e focalizando o seu apoio nas áreas abrangentes de Justiça Penal/Criminal e Descentralização. Para atingir estes objectivos o projecto continuará apoiando as componentes do Plano de Trabalho do PNUD/MJ, nomeadamente, a Administração da Justiça a Nível Local; o Sistema Correccional; a Organização contra o Crime; Reforço da capacidade institucional do CC. Este Programa visa criar as bases para um sistema de justiça penal coordenado onde as políticas são discutidas tanto a nível central com descentralizado, onde as lições aprendidas a nível descentralizado alimentam o nível central e mais importante, que cria um sistema de justiça penal comprometido com a cultura de harmonização de políticas, participação e consulta. Em 2011, o projecto tentará consolidar os seus resultados até que o próximo projecto de apoio ao sector se inicie. Neste período será desenhado o próximo projecto de apoio ao sector da Justiça.

Programme Period: 2007-2011

Programme Component: 4. Justiça, Segurança e Legalidade

Budget Code:

Year: 2011

Estimated annualized budget: \$851,000

Allocated resources: \$701,000

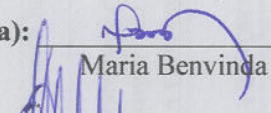
Government:

Regular Resource: \$670,000


Other Resource (DGTTF): \$31,000

Unfunded budget: \$150,000

Agreed by (Ministério da Justiça):

  
\_\_\_\_\_  
Maria Benvinda Levi, Ministra da Justiça

Agreed by (UNDP):

  
\_\_\_\_\_  
Jocelyn Mason, Representante Residente do PNUD a.i.

## Mozambique Annual Work Plan

Parceiro de Implementação: Ministério da Justiça  
 FACE authorization specimen:

Dr. Gaspar Moniquela, Assessor da Ministra

Resultados Esperados	Actividades Chaves	Calendarario				Responsável	Valor Previsto (US\$)	Orçamento Planificado	
		Q1 2011	Q2 2011	Q3 2011	Q4 2011			Valor Afectado (US\$)	Origem dos Fundos
<b>Componente 4: Justiça, Segurança e Legalidade</b>									
<b>Resultado esperado CPAP : 4.1.Administração da Justiça reforçada ao nível local</b>									
<b>Efeito esperado CPAP: 4. 1. 1. 3 Escritórios provinciais integrados no sistema da Justiça</b>									
1. Consolidado e expandido o mecanismo de coordenação do Sistema da Administração da Justiça local, com prioridade nos distritos onde funcionam os Palácios de Justiça	1.1 <i>Funcionamento das Comissões Provinciais de Controle da Legalidade</i>	X	X	X	X	Sector da Justiça	80,000	50,000	UNDP RR
	1.2 <i>Reunião nacional das CPCL</i>	X				Sector da Justiça	30,000	20,000	UNDP RR
	1.3 <i>Sessões dos CPCL</i>	X	X	X	X	Sector da Justiça	20,000	10,000	UNDP RR
	1.4 <i>Discussão de temas da Justiça, nas Sessões dos Conselhos Consultivos Locais</i>	X	X	X	X	Sector da Justiça	20,000	10,000	UNDP RR
<b>Efeito esperado CPAP: 4.1.2. Justiça melhorada a nível distrital.</b>									
2. Palácios da Justiça funcionando de forma eficiente	2.1 <i>Julgamentos nas comunidades (tribunais itinerantes)</i>	X	X	X	X	TS	30,000	20,000	UNDP RR
	2.2 <i>Reunião de monitoria dos Palácios de Justiça dos distritos</i>		X			Sector da Justiça	20,000	20,000	UNDP RR
	2.3 <i>Seminários de formação dos operadores dos palácios de Justiça de Distritos</i>			X		MJ	10,000	10,000	UNDP RR

Resultados Esperados	Actividades Chaves	Calendarario				Responsável	Orçamento Planificado		
		Q1 2011	Q2 2011	Q3 2011	Q4 2011		Valor Previsto (US\$)	Valor Afectado (US\$)	Origem dos Fundos
3. Conciliação e julgamento de causas e delitos de pequena gravidade nas comunidade aumentados	3.1 Monitoria e assistência aos Tribunais Comunitários	X	X	X	X	TS/IPAJ/TC	20,000	20,000	UNDP RR
	3.2 Formação dos Tribunais Comunitários em Matérias específicas da sua competência	X	X	X	X	TS/IPAJ/TC	10,000	10,000	UNDP RR
Efeito esperado CPAP: 4.1.3. Segurança pública ao cidadão melhorada.									
4. Sensibilização sobre a prevenção do crime melhorada.	4.1 Divulgação radio-televisiva das mensagens de justiça e paz	X	X	X	X	MJ/MINT	20,000	10,000	UNDP RR
Efeito esperado CPAP 4.1.4. Assistência jurídica e judiciária ao cidadão carenciado melhorada.									
5. A capacidade institucional do IPAJ fortalecida	5.1 Educação cívica através de meios de comunicação (programas televisivos e radiofónicos)		X	X	X	MJ/IPAJ	20,000	20,000	UNDP RR
	5.2 Assistência e patrocínio jurídico através de parcerias com as Clínicas jurídicas		X	X	X	MJ/IPAJ	20,000	10,000	UNDP RR
	5.3 Formação de assistentes técnicos ( 2 formações)		X	X	X	CFJJ	20,000	20,000	UNDP RR
<b>Resultado esperado CPAP 4.2: Sistema Correccional Unificado e Reformado</b>									
Efeito esperado CPAP 4.2.2. Projecto de legislação apresentado ao Ministério da Justiça									
6. Consolidadas e implementadas as reformas no sistema prisional unificado	6.1 Regulamentação da legislação aprovada do Sistema Prisional ( Penas e Medidas Alternativas a Prisão, Execução de Penas e Medidas Alternativas e outras)						31,000	31,000	UNDP (DGTTF)
		X				MJ/SNAPRI	20,000	10,000	UNDP RR

Resultados Esperados	Actividades Chaves	Calendario				Responsável	Orçamento Planificado		
		Q1 2011	Q2 2011	Q3 2011	Q4 2011		Valor Previsto (US\$)	Valor Afectado (US\$)	Origem dos Fundos
	6.2 Estabelecimento da orgânica de gestão do subsistema de penas e medidas alternativas à prisão	X				MJ/SNAPRI	10,000	10,000	UNDP RR
	6.3 Formação e capacitação de profissionais do subsistema das penas e medidas alternativas à prisão	X				MJ/SNAPRI	20,000	20,000	UNDP RR
	6.4 Implementação das penas e medidas alternativas à prisão em três centros regionais (pilotos)			X	X	MJ/SNAPRI	20,000	20,000	UNDP RR
	6.5 Concebido e implementado o sistema de cadastro dos reclusos					MJ/SNAPRI	10,000	10,000	UNDP RR
	6.6 Implementação do Subsistema SIP.AMAJ 005	X	X	X	X	MJ/SNAPRI	0	0	UNDP RR

Resultados Esperados	Actividades Chaves	Calendario				Responsável	Orçamento Planificado		
		Q1 2011	Q2 2011	Q3 2011	Q4 2011		Valor Previsto (US\$)	Valor Afectado (US\$)	Origem dos Fundos
		X	X	X	X	MJ/SNAPRI	5,000	5,000	UNDP RR
	<i>6. 7 Realização de actividades para a reabilitação dos Jovens nas cadeias</i>								
	<b>Resultado esperado CPAP 4.3 : Organização contra o Crime Reforçada</b>	<b>Efeito esperado CPAP 4.3.1. Procuradoria-Geral da República reforçada para combater o crime organizado e corrupção</b>							
	7. PGR apoiada no reforço ao combate à corrupção e ao crime organizado					PGR	25,000	20,000	UNDP RR
	7.1 Formação dos investigadores (técnicas de investigação e policiais								
	7.2 Apoio na implementação do Plano Estratégico da PGR					PGR	25,000	15,000	UNDP RR
	8. Plano Nacional de Acção para a Integridade do Judiciário, parcialmente implementado (disponibilidade de fundos)								
	8.1 Implementação das recomendações imediatas do Plano Nacional de Acção para a Integridade no Judiciário	X	X	X	X	TS/PGR	50,000	40,000	UNDP RR
	<b>Resultado esperado CPAP 4.4. Direitos Humanos protegidos pelas Instituições da Justiça</b>	<b>Efeito esperado CPAP: 4.4.1. Conhecimento sobre direitos humanos difundidos na sociedade</b>							
	9. Direitos Humanos protegidos pelas Instituições da Justiça								
	9.1 Apoio ao processo de divulgação da legislação sobre direitos humanos na sociedade	X	X	X	X	MJ	50,000	25,000	UNDP RR

Resultados Esperados	Actividades Chaves	Calendario				Responsável	Orçamento Planificado		
		Q1 2011	Q2 2011	Q3 2011	Q4 2011		Valor Previsto (US\$)	Valor Afectado (US\$)	Origem dos Fundos
10. Apoiado institucionalmente o Conselho Constitucional	10.1. Apoiar o processo de divulgação e sensibilização sobre o Conselho Constitucional	X	X	X	X	CC	40,000	40,000	UNDP RR
<b>Resultado esperado CPAP 1.5. Apoio Institucional</b>									
Efeito esperado CPAP: 1.5.1 Aprovado o novo programa da justiça									
11. O novo projecto em Justiça aprovado.	11.1 Formulação do novo projecto <sup>1</sup> .	X	X	X	X	PNUD e Ministério da Justiça	0	0	UNDP RR
	11.2 Apresentação do draft do projecto para o LPAC	X	X	X	X		0	0	UNDP RR
	11.3 Finalização e aprovação do projecto.	X	X	X	X		0	0	UNDP RR
<b>Custos de Implementação e capacitação</b>									
12. Apoio administrativo e programático	12.1 Facilitação na implementação das actividades, coordenação e monitoria, incluindo CTA e Gestor Financeiro	X	X	X	X	Ministério da Justiça e PNUD	220 000	220,000	UNDP RR
	11.2 Miscelânea	X	X	X	X		5,000	5,000	UNDP RR
<b>GRANDE TOTAL PARA 2011</b>							<b>851, 000</b>	<b>701 000</b>	<b>670,000 UNDP RR</b> <b>31 000 UNDP OR (DGTTF)</b> <b>Por mobilizar: US\$ 150,000</b>

<sup>1</sup> Pelo/a novo/a CTA

## M&E Framework

AWP Expected results	Indicators, baselines and targets	Means of Verification
<p><i>List the expected results as in the AWP above</i></p> <p>1. Consolidado e expandido o mecanismo de coordenação do Sistema da Administração da justiça local, com prioridade nos distritos onde funcionam os Palácios de Justiça</p>	<p><i>Against each expected result, include the indicator(s) that will be used to measure achievement and the baseline and target for each indicator</i></p> <p>1.a CPCL reactivados e em pleno funcionamento</p> <p><b>Baseline:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● 3 CPCL em funcionamento pleno ( Inhambane, Sofala e Nampula);</li> <li>● Falta de sistematização dos resultados das CPCL</li> </ul> <p><b>Meta:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Consolidadas as 3 CPCL em funcionamento</li> <li>● Reactivadas 3 CPCL (Gaza, Manica, Niassa) /2011</li> </ul>	<p><i>Provide the source of data that will be used to measure the indicator</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Relatórios mensais das CPCL</li> <li>● Recomendações do Seminário Nacional das CPCL</li> </ul>
<p>2. Palácios da Justiça funcionando de forma eficiente</p>	<p>2.a. Número de casos tratados pelos tribunais itinerantes nos distritos (cobertura de cada prov. Piloto nos distritos abrangidos)</p> <p><b>Baseline:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Início da implementação do modelo, em regime experimental, de Tribunais Itinerantes em Inhambane e Sofala ( resultados disponíveis na abertura do ano judicial)</li> </ul> <p><b>Target:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Expandir a experiência a mais 8 províncias/2011</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Monitoria do movimento processual das províncias</li> <li>● Estatísticas do Tribunal Supremo</li> </ul>
<p>3. Conciliação e julgamento de causas e delitos de pequena gravidade nas comunidades aumentados</p>	<p>3.a. Grau de conflitualidade nas comunidades diminuído</p> <p><b>Baseline:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Ausência de um mecanismo para aferir o grau de operacionalidade do TC</li> </ul> <p><b>Target:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Realizar um estudo para propor um mecanismo de monitoria do funcionamento dos TC</li> <li>○ Articulação com as instâncias judiciais/2011</li> </ul>	<p>Relatórios dos Tribunais Comunitários</p>

<p>4. Prevenção do crime fortalecida.</p>	<p>4.a Grau de operatividade da polícia melhorado</p> <p><b>Baseline:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>○ 79 % de operatividade policial em 2008</li> </ul> <p><b>Target:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Atingir 82 % em 2011</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Relatório das actividades da PRM</li> <li>●</li> </ul>
<p>5. A capacidade institucional do IPAJ fortalecida</p>	<p>5.a. Grau de assistência jurídica melhorado</p> <p><b>Baseline:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Assistência de 39998 casos em 2009</li> <li>● Ausência de um mecanismo para aferir a sistematização dos programas</li> <li>● Ausência de manuais</li> </ul> <p><b>Target:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Elevado o número assistência jurídica e judiciária para 77.130 (92.83%)</li> <li>● 5 programas sobre direitos legais e judiciais realizados/2011</li> <li>● Produzidos relatórios dos programas</li> <li>● Produzido 1 manual para os paralegais/2011</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Relatórios do IPAJ</li> </ul>



<p>6. Consolidadas e implementadas as reformas no sistema prisional unificado</p>	<p>6.a. Quadro legislativo do sistema de prisões mais alinhado com a CRM e normas internacionais</p> <p>6. b Proposta de medidas alternativas e penas alternativas à prisão produzido e apresentado num seminário</p> <p><b>Baseline:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>o Propostas de revisão e produção do pacote legislativo do sistema prisional concluídas<sup>2</sup></li> </ul> <p><b>Target:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>o Aprovada a legislação prisional em revisão/2011</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Boletim da República</li> </ul>
<p>7. PGR apoiado no reforço do combate a corrupção e crime organizado</p>	<p>7.a Cursos de formação realizados</p> <p><b>Baseline:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>o 19% do pessoal do quadro do GCCC é constituído por Investigadores</li> </ul> <p><b>Target:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>o Aumento em mais 5% os investigadores/2011</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Relatórios do CFJJ</li> </ul>
<p>8. Plano Nacional de Acção para a Integridade do Judiciário, parcialmente implementado (de acordo disponibilidade de fundos)</p>	<p>8.a Nível de realização do Plano Nacional de Acção para a Integridade no Judiciário</p> <p><b>Baseline:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Ausência de monitoria do PNAIJ</li> </ul> <p><b>Target:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Estabelecer o mecanismo de monitoria do PNAIJ/2011</li> </ul> <p>8.b. Números de casos de corrupção (denunciados, em investigação, acusados e julgados):</p> <p><b>Baseline:</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Relatório do Judiciário</li> <li>• Relatórios do GCCC</li> </ul>

<sup>2</sup> Medidas e penas alternativas a pena de prisão

	<ul style="list-style-type: none"> <li>Entrarados 623, acusados 178, abtidos/arquivados 102 e julgados 43 em 2009</li> </ul> <p><b>Target:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Estatísticas publicadas incluindo os valores envolvidos/2011</li> </ul>	
<p>9. Direitos Humanos protegidos pelas Instituições da Justiça</p>	<p>9.a. Sondagem da opinião pública realizada</p> <p><b>Baseline:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Ausência de sondagens de opinião pública</li> </ul> <p><b>Target:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Realizada a primeira sondagem da opinião pública/2011</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Resultados da sondagem</li> </ul>
<p>10. Apoio institucionalmente o Conselho Constitucional</p>	<p>10.a Conselho Constitucional assistido</p> <p><b>Baseline:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Atribuído o primeiro apoio ao CC em 2009</li> </ul> <p><b>Target:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Reforçar a capacidade institucional do CC /2011</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Relatório do CC</li> </ul>
<p>11. O novo projecto da Justiça aprovado</p>	<p>11.a Novo programa aprovado e implementado</p> <p><b>Baseline:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Anterior projecto financiado pelo PNUD/UE expirado e implementado o programa transitório em 2010</li> </ul> <p><b>Target:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Aprovado o novo programa /2011</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Acordo do projecto assinado</li> </ul>
<p>12. Apoio administrativo e programático</p>	<p>12.a CTA estabelecido e mecanismo de implementação capacitado</p> <p><b>Baseline:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Ausência de um CTA</li> </ul> <p><b>Target:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Estabelecer o CTA e mecanismo de implementação que garantam a manutenção do “Know How” após o término do projecto/2011</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>CTA contratado e unidade orgânica responsável pela implementação em pleno funcionamento</li> </ul>
<p><b>Studies, surveys and evaluation (list below all surveys, evaluation and studies that will be conducted during the year – ensure that each activities are also listed and budgeted for in the AWP above)</b></p>		

Estudo para propor um mecanismo de monitoria do funcionamento dos Tribunais Comunitários	Act. 3.1.	
Projecto de legislação prisional	Act. 6.1	
Produzido 1 manual para os paralegais/2011	Act. 5.3	

